



ANEXO								
Nº	UF	Gestão	Município	Tipo	Repasso Mensal (R\$1,00)	Repasso Anual (R\$1,00)	Incentivo (Parcela Única) (R\$1,00)	Total
250	MG	Municipal	Divinópolis	R	30.000,00	360.000,00	50.000,00	410.000,00
Total						360.000,00	50.000,00	410.000,00

PORTARIA Nº 43, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012

A SECRETÁRIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 53, do Anexo ao Decreto nº. 7.797, de 30 de agosto de 2012 e, Considerando a Portaria GM/MS nº. 2.728, de 11 de novembro de 2009, que dispõe sobre a Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador, no Sistema Único de Saúde; Considerando a Portaria GM/MS nº 2.978, de 15 de dezembro de 2011 que amplia para 210 (duzentos e dez) a quantidade de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) passíveis de implantação no território nacional; Considerando o disposto na Portaria GM/MS nº. 598, de 23 de março de 2006, que define que os processos administrativos relativos à gestão do SUS sejam definidos e pactuados no âmbito das Comissões Intergestores Bipartite; Considerando a Portaria GM/MS nº. 204, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle; e Considerando o disposto na Portaria GM/MS nº. 1.956, de 14 de agosto de 2007, que determina que a gestão e a coordenação das ações relativas à Saúde do Trabalhador, no âmbito do Ministério da Saúde, sejam exercidas pela Secretaria de Vigilância em Saúde, resolve: Art. 1º Habilitar o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) de Unaí, Estado de Minas Gerais, na forma do Anexo a esta Portaria, para realizar os procedimentos previstos na Portaria GM/MS nº. 2.728, de 11 de novembro de 2009. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de dezembro de 2012.

SONIA MARIA FEITOSA BRITO

ANEXO								
Nº	UF	Gestão	Município	Tipo	Repasso Mensal (R\$1,00)	Repasso Anual (R\$1,00)	Incentivo (Parcela Única) (R\$1,00)	Total
209	MG	Municipal	Unaí	R	30.000,00	360.000,00	50.000,00	410.000,00
Total						360.000,00	50.000,00	410.000,00

Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

CONSULTA PÚBLICA Nº 55, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012

Proposta de revisão do Regulamento sobre Autorização para Uso Temporário de Radiofrequências

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, a Lei Geral de Telecomunicações (LGT), e pelo art. 35 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, examinando os autos do processo nº 53500.010644/2012, deliberou em sua Reunião nº 680, realizada em 20 de dezembro de 2012, submeter a comentários e sugestões do público em geral, nos termos do art. 42, da LGT e do art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, Proposta de Revisão do Regulamento sobre Autorização para Uso Temporário de Radiofrequências, na forma do Anexo I à presente Consulta Pública.

Esta Consulta Pública tem como base as seguintes considerações:

- 1) o fato do espectro de radiofrequências ser um recurso limitado, constituindo-se em bem público administrado pela Agência.
- 2) a competência da Anatel de regular a utilização eficiente e adequada do espectro.
- 3) a crescente demanda por autorizações temporárias de radiofrequências, e o aumento previsto com a realização de grandes eventos internacionais que o Brasil sediará nos próximo anos.
- 4) a necessidade de modernização dos procedimentos adotados, permitindo o uso de novas tecnologias aplicadas às rotinas de cadastramento e tramitação das solicitações.

O texto completo da proposta em epígrafe estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço apresentado a seguir, e na página da Anatel na Internet, endereço <http://www.anatel.gov.br>, a partir das 14h da data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões devem ser formuladas no idioma português, fundamentadas, devidamente identificadas e encaminhadas conforme indicado a seguir, preferencialmente, por meio de formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública, disponível no endereço na Internet <http://www.anatel.gov.br>, relativo a esta Consulta Pública, até às 24h do dia 1º de fevereiro de 2013.

Serão também consideradas as manifestações que forem encaminhadas por carta, fax ou correspondência eletrônica recebidas até às 18h do dia 1º de fevereiro de 2013, para:

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUENCIA E FISCALIZAÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 55, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2012.

Proposta de revisão do Regulamento sobre Autorização para Uso Temporário de Radiofrequências
SAUS - Quadra 06 - Bloco F - Térreo - Biblioteca
70070-940 - BRASÍLIA - DF
Fax: (61) 2312.2002
Correio eletrônico: biblioteca@anatel.gov.br
As manifestações recebidas merecerão exame pela Anatel e permanecerão à disposição do público na Biblioteca da Agência.

JARBAS JOSÉ VALENTE
Presidente do Conselho Substituto

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS
GERÊNCIA-GERAL DE COMUNICAÇÕES
PESSOAIS TERRESTRES

ATO Nº 4.692, DE 21 DE AGOSTO DE 2012

PADO n.º 53578.000089/2011. Aplica a CLARO S.A., inscrita no CNPJ n.º 40.432.544/0001-47, pena de multa, no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), em face de infração às cláusulas 4.2 e 5.1, do Termo de Autorização nº 032/2007/PVCP/SPV-Anatel, de 14/12/2007, publicado no DOU de 17/12/2007, c/c itens 4.9 e 4.9.1, do Edital de Licitação n.º 001/2007/SPV - ANATEL.

DIRCEU BARAVIERA
Superintendente Substituto

ATO Nº 7.764, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo n.º 53500.001559/2002 - Declara extinta, por renúncia, a partir de 10/12/2012, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiocomunicação - SLPR, expedida ao CONSORCIO AHE PORTO ESTRELA, CNPJ n.º 02.040.998/0001-83, por meio do Ato n.º 27.413, de 22/07/2002, publicado no D.O.U de 29/07/2002 e, como consequência, seja declarado extinto o direito de uso da radiofrequência associada.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 7.765, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo n.º 53500.015458/2004 - Declara extinta, por renúncia, a partir de 03/12/2012, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiocomunicação - SLPR, expedida a DOW BRASIL S.A., CNPJ n.º 60.435.351/0001-57, por meio do Ato n.º 45.208, de 06/07/2004, publicado no D.O.U de 07/07/2004 e, como consequência, seja declarado extinto o direito de uso da radiofrequência associada.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 7.766, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo n.º 53500.011498/2005 - Declara extinta, por renúncia, a partir de 06/12/2012, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiocomunicação - SLPR, expedida a LIFE CARE PARTICIPAÇÕES HOSPITALARES LTDA., CNPJ n.º 04.641.537/0001-91, por meio do Ato n.º 52.419, de 29/08/2005, publicado no D.O.U de 31/08/2005 e, como consequência, seja declarado extinto o direito de uso da radiofrequência associada.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

ATO Nº 7.769, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2012

Processo n.º 53500.014809/2005 - Declara extinta, por renúncia, a partir de 23/11/2012, a autorização do Serviço Limitado Privado de Radiocomunicação - SLPR, expedida a COMPANHIA TRANSAMERICA DE HOTEIS-SAO PAULO, CNPJ n.º 43.212.943/0001-90, por meio do Ato n.º 54.213, de 22/11/2005, publicado no D.O.U de 23/11/2005 e, como consequência, seja declarado extinto o direito de uso da radiofrequência associada.

BRUNO DE CARVALHO RAMOS
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 2.309, DE 19 DE OUTUBRO DE 2012.

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.023574/2011, resolve:

Art. 1º Consignar à SOCIEDADE RÁDIO EMISSORA PARANAENSE S/A, autorizatória do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ARAPONGAS, estado do Paraná, o canal 29 (vinte e nove), correspondente à faixa de frequência de 560 a 566 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GENILDO LINS DE ALBUQUERQUE NETO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS
DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

DESPACHO DA DIRETORA
Em 28 de Dezembro de 2012

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, SUBSTITUTA ENVENCIAL, tendo em vista o disposto no art. 6º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012 e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade às aprovações de local de instalação e equipamentos das estações e às alterações técnicas das entidades executoras do serviço de radiodifusão, seus anclares e auxiliares, listadas em anexo.

DENISE MENEZES DE OLIVEIRA

ANEXO

ATO	TIPO	ENTIDADE	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	CANAL	PROCESSO
DESPACHO DEOC Nº 276, DE 26/12/2012	APL	ORGANIZAÇÃO CONDINHO LTDA	MG	Santa Vitória	FM	258	53000.035504/2012
DESPACHO DEOC Nº 257, DE 21/12/2012	APL	OLIVEIRA & VIEIRA RADIODIFUSÃO E PRODUÇÃO LTDA	MG	Brasília de Minas	FM	230	53000.029857/2012

Ministério de Minas e Energia

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO
DA COMERCIALIZAÇÃO DA ELETRICIDADEDESPACHOS DOSUPERINTENDENTE
Em 28 de dezembro de 2012

Nº 4.141 - Decisão: Homologar previamente os valores constantes do anexo I relativos às perdas de receita apuradas pela Iguaçu Distribuidora de Energia Elétrica Ltda. - IENERGIA, em decorrência da classificação de unidades consumidoras na Subclasse Residencial Baixa Renda. Período: fevereiro a novembro de 2011. A íntegra deste Despacho e seu anexo estão juntados aos autos da distribuidora, bem como estarão disponíveis no endereço eletrônico www.ane-el.gov.br/biblioteca.

Nº 4.142 - Decisão: I - Homologar previamente a título precário, sem prejuízo das ações de fiscalização que a ANEEL deverá realizar, os valores, em R\$, de Diferença Mensal de Receita - DMR constantes dos anexos I e II apurados pelas distribuidoras, em decorrência da aplicação da Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE às unidades consumidoras classificadas na Subclasse Residencial Baixa Renda e o montante de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a ser repassado pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELEKTROBRAS a cada distribuidora; e II - não homologar os valores pleiteados pelas distribuidoras de energia elétrica relacionadas no anexo III. Período: maio, julho, agosto, setembro, outubro e novembro de 2012. A íntegra deste Despacho e seus anexos estão juntados aos autos de cada distribuidora, bem como estarão disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

OBERDAN ALVES DE FREITAS
Substituto

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO
MINERALDESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 155/2012 - SEDE - DF

Fase de Requerimento de Pesquisa
Nega provimento ao recurso interposto(187)
831.174/2007-VALE S A
896.980/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.981/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.982/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.983/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.984/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.985/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.986/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.987/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.988/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.989/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.991/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.992/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.993/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.995/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.996/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.997/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.998/2007-TWB MINERAÇÃO S A
896.999/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.000/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.001/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.002/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.003/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.004/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.005/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.006/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.007/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.008/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.009/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.010/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.011/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.012/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.013/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.014/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.015/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.016/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.017/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.018/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.019/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.020/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.021/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.022/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.023/2007-TWB MINERAÇÃO S A
897.024/2007-TWB MINERAÇÃO S A

897.025/2007-TWB MINERAÇÃO S A
800.852/2010-VALE S A
800.853/2010-VALE S A
800.854/2010-VALE S A
800.855/2010-VALE S A
800.856/2010-VALE S A
800.857/2010-VALE S A
800.858/2010-VALE S A
800.859/2010-VALE S A
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
830.206/2003-GIACAMPOS DIAMOND LTDA
Fase de Disponibilidade
Nega provimento ao recurso apresentado(1806)
830.424/2006- Recurso interposto por VALE S.A
830.425/2006- Recurso interposto por VALE S.A
830.431/2006- Recurso interposto por VALE S.A
830.433/2006- Recurso interposto por VALE S.A
830.434/2006- Recurso interposto por VALE S.A

RELAÇÃO Nº 156/2012 - SEDE - DF

Fase de Requerimento de Pesquisa
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
810.308/2007-GUAPORÉ MINERAÇÃO LTDA
868.053/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.054/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.055/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.064/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.090/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.094/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.095/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.096/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.098/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.099/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.112/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.114/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.115/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.121/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.125/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.134/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.135/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.168/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.169/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.178/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.188/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.189/2007-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A
868.191/2008-MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.
868.192/2008-MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.
868.193/2008-MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.
868.199/2008-MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.
868.201/2008-MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.
868.204/2008-MMX MINERAÇÃO E METÁLICOS S.A.
Indefere pedido de reconsideração(181)
834.203/2010-DACAL MINERAÇÃO LTDA.
Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(349)
830.280/1985-VALE FERTILIZANTES S.A.
820.280/2005-FRANCISCO RAPHAEL DE ARAUJO RIBRIO
820.423/2005-FRANCISCO RAPHAEL DE ARAUJO RIBRIO
840.124/2006-CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A
866.116/2008-MINERAÇÃO MONTE AZUL LTDA
866.117/2008-MINERAÇÃO MONTE AZUL LTDA
867.341/2008-FERLIG FERRO LIGA LTDA
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
833.166/2005-JOSÉ PEDRA JUNIOR
Indefere pedido de prorrogação do prazo para requerer concessão de lavra(561)
833.166/2005-JOSÉ PEDRA JUNIOR
Fase de Requerimento de Lavra
Homologa desistência do requerimento de Concessão de Lavra(352)
870.058/1998- CORCOVADO GRANITOS LTDA
896.149/2010- CORCOVADO GRANITOS LTDA
Fase de Concessão de Lavra
Nega provimento a defesa apresentada(476)
866.421/1986-INTERCEMENT BRASIL S A
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
831.004/1998-JOSÉ HILARIO COSTA - FI-Cessionário:MARIA DE LOURDES SANTOS COSTA-ME- CNPJ 03.601.971/0001-85- Registro de Licença nº31.031/1999- Vencimento da Licença: Prazo indeterminado
Nega provimento ao recurso interposto(757)
886.103/2000-PEDREIRA VALE DO ABUNÁ LTDA

RELAÇÃO Nº 157/2012 - SEDE - DF

Fase de Concessão de Lavra
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
000.441/1953-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
002.579/1953-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
007.716/1957-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
001.681/1959-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
005.797/1959-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
006.274/1959-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
001.005/1960-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
000.268/1963-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
000.288/1963-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
802.804/1971-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
815.054/1973-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
800.743/1974-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
800.540/1975-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
805.221/1977-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
803.154/1978-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
830.049/1979-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
830.301/1979-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
830.473/1981-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
830.342/1982-MINERAÇÃO USIMINAS S.A.-Minério de ferro
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
848.518/2007-MARÉ CIMENTO LTDA-QUIXERÉ/CE, BARAUNA/RN - Guia nº 29/2012-150.000toneladas-calcario- Validade:01/11/2016
Fase de Disponibilidade
Não conhece o recurso interposto(1837)
864.279/2009-Interposto porB.A. PIMENTEL & FILHOS LTDA

RELAÇÃO Nº 159/2012 - DF

REFERENTE: Processo nº 48411-916351/2009-81
INTERESSADO: ETS - Energia Transporte e Saneamento Ltda
ASSUNTO: Bloqueio de área para implantação da PCH Salto Góes no município de Tangará, no Estado de Santa Catarina
De acordo com o disposto no PARECER/PROGE Nº500/2008-FMM-LBTL-MP-SDM-JA e com base na Resolução Autorizativa da ANEEL nº 2878, de 10 de maio de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 17 de maio de 2011,declara de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa , em favor da empresa SPE Salto Góes Energia S.A, as áreas de terra que especifica, necessárias à implantação da PCH Salto Góes, localizada no município de Tangará Estado de Santa Catarina, DETERMINO, com fulcro na disposição contida no artigo 42 do Código de Mineração, o bloqueio provisório para novos requerimentos minerários e a suspensão imediata da análise dos processos interferentes nas referidas áreas, que abrange um polígono de aproximadamente 238,75 ha (duzentos e trinta e oito hectares, e setenta e cinco ares), no Município de Tangará, Estado de Santa Catarina, conforme memorial descritivo e mapa constante no Processo nº 48411-916351/2009.

SÉRGIO AUGUSTO DÂMASO DE SOUSA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 67/2012

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
858.133/2011-CLEVELAND MINERAÇÃO LTDA.
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
858.062/1995-MINERAÇÃO TANAGRA LTDA-OF.
Nº535/2012